

Fundap por mais 12 anos

Ministro da Fazenda concordou que o fundo estadual não seja extinto imediatamente

MARCOS ROSETTI
DE BRASÍLIA

Após vários dias de negociações, a bancada federal capixaba e o governador Paulo Hartung (PMDB) conseguiram convencer ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a apoiar a alteração no texto da reforma tributária e a preservar o Fundap por mais 12 anos.

Num novo texto, construído com a secretária da Fazenda do Espírito Santo, Cristiane Mendonça, e a equipe de Guido Mantega durante toda tarde, o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias do Espírito Santo passa a ser incluído dentro do prazo de transição determinado pelo relator da reforma, deputado Sandro Mabel (PR-GO), para os incentivos fiscais, que é de 12 anos.

Com isso, o Fundap não será automaticamente extinto com a aprovação da reforma, recebendo o mesmo tratamento que os outros incentivos fiscais. O deputado Lelo Coimbra, único integrante da bancada na comissão que analisa a reforma tributária, comemorou. "O fruto desse dia todo de negociações foi positivo", disse.

Vencida a barreira junto ao Ministério da Fazenda, que recomendou ao relator e presidente da comissão que acatem as alterações, ainda resta as discussões junto com outras bancadas. Mas não deve haver oposição aos interesses do Espírito Santo. O senador Renato Casagrande (PSB) acha que a posição do Ministério da Fazenda favorável ao Espírito Santo, liquida a fatura, e espera manter a conquista do Senado, onde a PEC da reforma ainda terá que ser votada em dois turnos.

O senador Gerson Camata (PMDB) lembra que foi vencida uma batalha, não a guerra. Foi dele a proposta feita ao ministro de fixar um limite no texto que preserva o Fundap.

O governador Paulo Hartung, que participou do encontro com o ministro, lembrou que a crise financeira internacional terá um impacto grande nas contas públicas.

"Nós estamos dialogando de uma forma ampla. Nós estamos discutindo todos os aspectos da reforma tributária, tentando conhecê-la melhor; estamos vivendo um momento de crise econômica, que tem um impacto grande nas receitas públicas previstas para 2009 e 2010. Então temos que olhar com muita atenção, temos que conhecer com muita profundidade a reforma para ver o impacto nas finanças públicas. Foi um bom diálogo, mas se tem que conversar muito ainda", disse.



O governador Paulo Hartung, com membros da bancada, conversam com Guido Mantega

Novas batalhas pela frente

O senador Renato Casagrande (PSB) atribuiu à articulação da bancada capixaba e do governador Paulo Hartung o saldo positivo dos encontros realizados ontem, com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o deputado Antonio Palocci (PT-SP) e o relator Sandro Mabel (PR-GO), presidente e relator da comissão da reforma tributária.

"Até o momento estamos vencendo a batalha. Ainda faltam as votações mas conseguimos arrancar do ministro um texto vitorioso para o Espírito Santo. O texto que já entregamos ao relator preserva as importações, o Fundap e os municípios", avaliou Renato Casagrande.

O prefeito de Vitória, João Coser (PT), que participou junto com Paulo Hartung das reuniões com o presidente da comissão da reforma tributária,

deputado Antonio Palocci (PT-SP), e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, também ficou satisfeito com o resultado das negociações.

A maior preocupação dele é com as perdas previstas para a capital, com o fim do Fundap. A cidade seria uma das mais prejudicadas com a extinção do incentivo.

"O sistema de incentivo corresponde a 75% do nosso investimento. Se perdermos a arrecadação do Fundap, vamos comprometer de forma significativa os investimentos, e a cidade perde este ritmo de grandes obras, de políticas sociais mais arrojadas. Nós perdemos toda a nossa capacidade de investimento", alertou, lembrando que este é o maior desafio para o município hoje.

João Coser negou que o PT estivesse por trás do fim do incentivo.



O prefeito João Coser teme prejuízos para Vitória

Mudança em imposto também preocupa

A secretária de Fazenda do Espírito Santo, Cristiane Mendonça, afirmou ontem que não é somente a questão do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias (Fundap) que preocupa o Estado.

Em reunião com o deputado Paulo Palocci, que preside a comissão da reforma tributária, mostrou outros pontos que são defendidos pelo Espírito Santo e também pela maioria dos estados.

Um deles pede que também sejam colocados no texto constitucional garantias contra as perdas de arrecadação, para fins indenizatórios. O outro coloca um aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 2% para 4%.

De acordo com Cristiane Mendonça, essa elevação minimizaria as perdas para os estados, especialmente para os produtores.

A questão da mudança no ICMS preocupa também outros estados, principalmente São Paulo.

Oposição começa a obstrução

PERDAS

"A única coisa certa é que os estados perderão com a reforma", observou. Ele acha que essa questão poderá ser agravada com a crise internacional.

"Ao final do primeiro semestre de 2009 teremos um quadro mais claro e, então, poderemos ver o que fazer", ponderou.

Para o deputado Paulo Bornhausen, o desenho do substitutivo do relator Mabel aponta para um aumento da carga tributária. "Por isso, votaremos contra", anunciou o parlamentar da oposição.

Os partidos de oposição já decidiram que vão buscar obstruir ao máximo as votações para impedir qualquer avanço neste ano, pois assim se articulariam melhor para derrubar a proposta de vez em 2009.

Como faltam poucas sessões para o fim do ano, a oposição acredita que terá sucesso.

BRASÍLIA – O PSDB e o DEM começaram ontem a obstruir a votação da proposta de reforma tributária na Comissão especial da Câmara dos Deputados, que analisa o assunto.

Os dois partidos já decidiram que votarão contra o substitutivo do relator, deputado Sandro Mabel (PR-GO), mesmo com eventuais alterações que ele possa fazer para atender os secretários estaduais de Fazenda, como já admite o governo.

"Qualquer que seja o texto final, não vale a pena votar agora esta reforma", disse o deputado Paulo Renato (PSDB-SP). "A votação não é oportuna", acrescentou.

"Esta reforma do jeito que está não é boa", reforçou o deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC). Os dois são os líderes de seus partidos na comissão especial.

Paulo Renato teme o efeito da reforma sobre as finanças estaduais.

Palocci coloca em votação hoje

BRASÍLIA – Mesmo sem um acordo com os partidos de oposição (DEM e PSDB), o presidente da comissão especial, deputado Antonio Palocci (PT-SP), colocará o substitutivo da reforma tributária, do relator Sandro Mabel, em votação ainda hoje.

Palocci acolheu uma sugestão feita pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) para votar o substitutivo da forma como está e deixar as negociações em torno de mudanças para a votação no plenário da Câmara dos Deputados.

"Vamos votar aqui e fazer uma ampla discussão da proposta quando ela chegar ao plenário", propôs Miro. Para ser aprovado na comissão especial, a proposta precisa contar apenas com os vo-

tos da maioria de seus integrantes. Mas para passar no plenário da Câmara, ela terá que contar com o apoio de três quintos dos deputados.

No início da noite, os deputados Palocci e Mabel tinham um encontro marcado com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para mais uma rodada de negociação.

Eles iriam levar as reivindicações apresentadas por 23 secretários estaduais de Fazenda. Os secretários querem que o governo acolha sete mudanças no texto.

Entre as mudanças está a definição de regras idênticas para o novo Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F) e para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).